



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, exclusão social e políticas sociais

---

**CIDADE E DERIVA: CONDIÇÃO JUVENIL E TRAJECTÓRIAS DE DESVIO**

---

MANSO, Ana

Mestre em Estudos da Criança

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

[mansoana76@gmail.com](mailto:mansoana76@gmail.com)

---

FERNANDES, Luís

Doutor em Psicologia

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

[jllf@fpce.up.pt](mailto:jllf@fpce.up.pt)

---



### Resumo

O objectivo desta comunicação prende-se com a apresentação de um estudo exploratório de delimitação teórico-conceptual que serve de fundamento a um projecto de investigação empírica sobre os processos de desinscrição social e a prática de actos ilícitos por parte de populações jovens. O desvio juvenil é situado no espectro mais alargado das condições socioeconómicas das metrópoles ocidentais, exigindo o cruzamento de perspectivas micro e macrosociológicas. Parte-se da compreensão das condições materiais e simbólicas que determinam os modos de vida nas cidades e a forma como se repercutem na vida dos jovens, possibilitando a configuração de processos de desinscrição social e de desvio. A condição juvenil é, nesta linha, associada aos actuais processos de desregulação laboral: instabilidade e precariedade laborais, multiplicidade de experiências de trabalho fragmentárias, deriva no espaço de consumo urbano. O desenho metodológico do projecto de pesquisa empírica aponta para uma opção qualitativa assente numa abordagem indutiva das narrativas biográficas produzidas pelos jovens institucionalizados por prática de facto qualificado pela lei como crime. Interroga-se a possibilidade de associação da condição juvenil a trajectórias de deriva e a necessidade de repensar as narrativas sociais sobre o desvio juvenil.

### Abstract

Our goal is to present a theoretical exploratory study about the processes of social displacement and juvenile delinquency. Juvenile deviant behavior is best understood by combining micro and macro sociological perspectives.

Placing juvenile delinquency in the context of urban life conditions of modern society, it is imperative to identify the social and economic conditions that determine the way of life in urban settings and its consequences in terms of the living conditions of youth. Thus, we associate youth social condition with labor deregulation of today's urban contexts. The methodological design of empirical research requires a qualitative approach to life stories of institutionalized juvenile offenders. It is suggested the need to rethink the social narratives about the juvenile deviance and their integration ideals linked to the functioning logic of the custodial institutions of urban societies.

Palavras-chave: desvio juvenil; trajectórias de deriva; desinscrição social.  
Keywords: juvenile deviance, drift trajectories, social displacement.

PAP0834



## Cidade e deriva: condição juvenil e trajetórias de desvio

### 1. Condição juvenil e espaço urbano

Os estudos sociológicos sobre o desvio aparecem historicamente associados às condições socioeconómicas do século XIX e aos fenómenos da industrialização e urbanização das sociedades ocidentais. Na Europa, estes fenómenos originam um conjunto de transformações estruturais e institucionais na ordem tradicional das cidades, nomeadamente em termos do aumento da pressão demográfica, dos movimentos de emigração, da mobilidade social, da produção e do consumo (Ferreira et al., 1995). Estas transformações acentuam-se ao longo do século XX e reflectem-se, ainda, na diminuição da influência dos grupos sociais primários (família, vizinhança, comunidades locais) e no conseqüente aumento da incidência dos grupos sociais secundários (Estado, instituições e organizações da sociedade civil), bem como na instauração dos discursos em torno da crença no progresso, na ciência, na técnica e no aumento da capacidade de produção das sociedades, da lógica do lucro, da acumulação de riqueza e do investimento, do surgimento de novas necessidades sociais e da figura social do consumidor. É ainda de assinalar a disseminação de novos valores, normas e ideologias, reflexo de uma crescente diversidade cultural (Ferreira et al., 1995). É no contexto destas transformações materiais e simbólicas que se opera, desde início do século XX, o reconhecimento gradual das crianças e dos jovens como seres com existência social autónoma, favorecendo as políticas sociais para a juventude assentes sobretudo em modelos proteccionistas. No entanto, a reorganização económica de meados dos anos 70 dá início a uma reconfiguração do estatuto social dos jovens – os sinais de retracção do mercado de trabalho conduzem a uma reestruturação da ordem económica e social das metrópoles (Bailieu, 2010), tendo graves repercussões nas condições de vida dos jovens, em especial daqueles que possuem menor preparação escolar e profissional. A metrópole surge, assim, como um “espaço público ameaçado por uma ordem económica e social portadora de uma desesperança social” (Bailieu, 2010, pp. 19) e desencadeadora de um conjunto de medidas assistencialistas dirigidas aos jovens e incidindo sobre várias dimensões da sua vida social, nomeadamente a escola, o trabalho ou a habitação. No início do século XXI, as políticas públicas para a juventude conhecem nova viragem em função das transformações que afectam o próprio estatuto social dos jovens, nomeadamente em termos do seu acesso à vida adulta produtiva e do significado demográfico, sociológico, económico e político dessa (im)possibilidade de acesso, atingindo, sobretudo, os jovens menos escolarizados que habitam as margens das cidades e que se encontram em situação de precariedade social e económica. Ao mesmo tempo, os actos de delinquência juvenil ganham projecção por meio dos discursos político e mediático, fragilizando as intervenções de protecção jurídica dos jovens e reclamando estratégias mais controladoras e punitivas. Os discursos mediáticos sobre a criminalidade juvenil, num tom marcadamente adultocêntrico, reforçam a relação entre a pertença ao grupo ‘jovens’ e a prática do crime, num exercício de naturalização do carácter problemático da juventude, o que “poderá ter o efeito de reforçar a demonização dos jovens criminosos e de facilitar assim a sua exclusão social” (Coelho, 2009, pp. 371). Em contrapartida, os discursos em torno de casos de sucesso juvenil assumem um tom individualizado, incidindo sobre as características pessoais positivas conducentes ao sucesso (Coelho, 2009). Num caso ou noutro, é a lógica da meritocracia que sustenta os discursos veiculados e justifica os percursos individuais, desinscrevendo-os das condições concretas de vida em que se efectivam.

Neste quadro, o modelo *welfare* perde terreno, abrindo espaço à emergência de outros paradigmas de intervenção mais consonantes com as exigências públicas, nomeadamente as políticas de segurança (e.g., políticas de tolerância zero), os modelos de justiça, da intervenção mínima ou da justiça reparadora (Duarte-Fonseca, 2010). A própria noção de responsabilidade, orientadora das intervenções na delinquência juvenil e até então assente no equilíbrio entre a responsabilidade de cada jovem pelo seu acto e a responsabilidade da sociedade para a sua reeducação e reintegração, tende a ser interpretada sobretudo como responsabilidade individual, originando intervenções de carácter mais penal e menos educativo. Assim sendo, a reflexão actual sobre a problemática do desvio juvenil deve, pois, passar pela consideração de um conjunto de critérios micro e macro sociológicos que traduza um exercício de compreensão integrador de outros elementos que não apenas a categoria etária ou os factores de risco individuais (Carvalho, 1999). A exigência de consideração de critérios macrossociológicos para a compreensão do desvio juvenil remete-nos para a

consideração da condição juvenil no contexto das sociedades ocidentais do século XXI, atingidas por fortes transformações socioeconómicas inerentes ao processo de metropolização das cidades industriais (Fernandes, 2004). As transformações tecnológicas e a competição global dos mercados introduziram alterações laborais determinadas pelos princípios da flexibilização, desregulação e individualização das condições de trabalho. Discute-se o dilema *postfordista* lucro/salários e o paradoxo capitalista da combinação da eficácia do mercado com a justiça social (Schnapper, 1998), assinalando-se a existência de práticas de trabalho orientadas pela lógica da rentabilização dos capitais em detrimento do factor humano (Kóvacs, 2006). Outros autores anunciam o fim da sociedade do trabalho e a emergência da sociedade do risco (Beck, 1998; Guerreiro & Abrantes, 2007). O valor do trabalho é agora associado à empresa cidadã (Schnapper, 1998), cuja produção responde às necessidades da sociedade de consumo, e numa óptica moral pós-moderna individualista, focalizada no tempo presente e num espaço marcadamente empresarial (Vásquez, 2008). A centralidade discursiva do trabalho traduz, portanto, a centralidade material do consumo, vectores da participação social no capitalismo avançado. É, então, é possível afirmar que a desregulação económica, social e laboral das últimas décadas terá produzido alterações ao nível do universo simbólico dos valores e objectivos em função dos quais os jovens representam o mundo do trabalho, organizado agora em torno das categorias da eventualidade e da incerteza (Conde, 1999). Sendo que “o trabalho permanece um elemento fundamental de estruturação quer das sociedades quer das identidades contemporâneas” (Guerreiro & Abrantes, 2007, pp. 27), a degradação das condições de acesso ao emprego, as políticas de redução do custo do trabalho, a desregulação dos mercados de trabalho pela multiplicação das formas de precariedade laboral e a valorização da responsabilidade individual e do mérito não favorecem perspectivas optimistas de inscrição dos jovens no futuro. A instabilidade e precariedade laborais comprometem o processo de emancipação dos jovens, anulando qualquer lógica de projecção para o futuro, nomeadamente por via da construção de uma carreira profissional. O modelo linear de transição dos jovens para a vida adulta dá lugar a trajectórias yô-yô (Pais, 2001) marcadas por períodos de emprego, desemprego e formação e pela experimentação de uma multiplicidade de situações laborais fragmentárias que, se permitem alguma autonomia, não oferecem a possibilidade de uma verdadeira emancipação do jovem, favorecendo a dependência da família de origem e o recurso a vias informais de trabalho. A literatura aponta ainda a relação entre o tipo de trajectória de transição e o meio socioeconómico de origem, sugerindo que os jovens de contextos desfavorecidos tendem a abandonar mais cedo a escola e a entrar precocemente no mercado de trabalho, estando expostos a maior instabilidade laboral (Silva & Machado, 2010).

O processo de socialização parece traduzir um processo de biografização (Delory-Momberger, 2009) pelo qual as esferas sociais são integradas nos percursos individuais através de um conjunto de investimentos (escolhas) com vista à auto-realização. Estes investimentos comportam o risco cuja gestão depende dos recursos de cada indivíduo. A ideia da juventude como etapa de preparação para a vida adulta dá lugar a uma nova condição marcada pela deriva em trajectos que se inscrevem no espaço de consumo que a cidade representa. O consumo determina, de forma quase exclusiva, a significação das acções e das formas de vida juvenis, estando associado à imediatez e à fragmentação da identidade. Em suma, a condição juvenil define-se a partir deste processo pelo qual o indivíduo submete a sua existência ao imperativo da realização pessoal e em função de um novo pacto social (Conde, 1999) que possibilita o acesso a actividades laborais eventuais e temporárias que, sem garantir efectiva emancipação, facilitam aos jovens o consumo imediato. Alia-se, assim, a lógica de mercado à institucionalização do indivíduo pelo que os bens consumidos são marcas identitárias. Este pacto decorre das contradições existentes entre as aspirações socialmente consignadas e as desigualdades estruturais da sociedade que frustram aquelas aspirações, sobretudo em determinados estratos populacionais (Fernandes & Neves, 2010).

Este quadro tem repercussões ao nível das diferentes esferas da vida juvenil, desde as relações familiares aos modos de ocupação dos tempos livres, à atitude perante a escola ou aos modos de consumo, configurando trajectórias de deriva juvenil, a partir das quais é possível perspectivar o desenho de rotas desviantes. Matza e Sykes (1961) utilizam o termo *drift*(deriva) para se referirem ao processo em que as condutas dos jovens não se encontram ainda completamente reguladas pelos normativos vigentes e, por tal, o indivíduo coloca-se numa situação de indefinição entre dois sistemas de valores – o normativo e o desviante – recorrendo a um conjunto de técnicas de neutralização (mecanismos de racionalização ou justificação da desviância) para anular a moral dominante e praticar o desvio (Carreiro, 2005). A concepção destes autores assenta,

sobretudo, nos processos de formação da identidade psicossocial cuja moratória própria da adolescência favorecerá a ambivalência entre imperativos morais diferentes e, desse modo, a desviância. A proximidade a grupos desviantes ajudaria ainda à construção de uma identidade desviante e à desfiliação face ao mundo convencional. O conceito de deriva adquire, para nós, uma tonalidade sociológica, referindo-se à situação de desinscrição dos jovens dos espaços tradicionais de socialização e à definição de percursos biográficos auto-reflexivos pelos quais os constrangimentos sociais, económicos e institucionais são assumidos como escolhas de responsabilidade individual. Nesta linha, a exploração de rotas desviantes pode representar, muitas das vezes, alternativa de acesso à normatividade (Fernandes & Pinto, 2008), sobretudo por meio do consumo, forma privilegiada de participação na vida social da metrópole. As estatísticas da Direcção Geral de Reinserção Social (DSEP, 2011) mostram que, de entre os actos qualificados pela lei como crimes praticados pelos jovens institucionalizados em Centro Educativo, os crimes contra o património, nomeadamente furto e roubo, são os que apresentam maior expressão. Assim, o desvio não parece expressar, pois, uma desregulação moral, mas antes reflectir as contradições existentes entre as aspirações socialmente consignadas e a desigualdade estrutural da sociedade, em termos das oportunidades de satisfação dessas aspirações. A frustração das expectativas socialmente legitimadas ganha maior expressão em determinados estratos populacionais, sendo sentida como uma violência estrutural pela “forma como a organização político-económica de uma sociedade se traduz na produção de desigualdades e opressões sociais crónicas” (Fernandes & Neves, 2010, pp. 319). Para tal, concorrem as políticas sociais assentes numa lógica interpretativa das desigualdades socioeconómicas como “problemas locais, ou até mesmo individuais, quando os factores de precarização são, em boa verdade, globais” (Fernandes & Neves, 2010, pp.330).

## 2. Percursos desviantes – estudo empírico

*A “hipótese que se debate é a do exercício da cidadania poder também expressar-se no poder inventivo das margens que se manifestam insurrectas” (Pais, 2005, pp. 56)*

As condições da vida urbana e dos modos de vida juvenis que ganham forma a partir dessas condições favorecem diferentes possibilidades discursivas sobre o desvio juvenil. Entendemos por desvio a conduta que não se encontra em conformidade com o conjunto de normas largamente aceites numa comunidade. De acordo com Clinard e Meier (2008), esta definição configura uma concepção normativa do desvio, encontrando-se associada à ideia de sanção, no sentido em que a não observância das normas desencadeia um conjunto de reacções, sentidas como pressões para a conformidade do indivíduo às normas vigentes. Em Portugal, a Lei Tutelar Educativa (LTE, Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro) configura o quadro legal aplicável aos jovens com idades compreendidas entre 12 e 16 anos cujo comportamento desviante se traduza na prática de factos qualificados pela lei como crime. A intervenção tutelar educativa propõe-se a “favorecer a interiorização de valores conformes ao direito”, possibilitando ao jovem a “aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável”(artigo 2.º, LTE). Assim, as medidas tutelares educativas elencadas no artigo 4.º da LTE pretendem ter um carácter pedagógico, e não simplesmente punitivo, dos actos praticados pelo jovem, sendo que o interesse do menor deve nortear a aplicação dessas medidas, relegando para segundo plano a lógica da defesa da comunidade (Moura, 2000; Rodrigues & Duarte-Fonseca, 2003). Neste âmbito, o internamento em Centro Educativo constitui-se como a única medida de carácter institucional prevista, sendo aplicável a jovens que evidenciem “necessidades educativas especiais” que impliquem o “afastamento temporário do seu meio habitual” e o recurso a “programas e métodos pedagógicos” (artigo 17.º, n.º 1, LTE), podendo ser cumprida em regime fechado, semiaberto e aberto. Estes regimes distinguem-se não apenas no que se refere ao tempo de internamento, mas também pelo grau de acesso do jovem ao exterior.

### 2.1 Amostra

Os Centros Educativos, instituições tuteladas pela Direcção Geral de Reinserção Social e pelo Ministério da Justiça, constituem o terreno da pesquisa, sendo nosso propósito efectuar este estudo num dos Centros do norte do país. A delimitação da amostra a partir do número total de jovens que se encontram em Centro educativo a cumprir medida de internamento por prática de facto qualificado pela lei como crime dependerá

da análise exploratória dos dados recolhidos, considerando-se a saturação do material (Glaser & Strauss, 1967) como critério de determinação do número de jovens a integrar no estudo. O tempo estimado de permanência no terreno é de um ano.

## 2.2 Método e técnicas

Os métodos biográfico-narrativos, em particular as histórias de vida, constituem-se como instrumentos de acesso ao terreno e de recolha de dados. Interessa-nos a versão sociológica dos métodos biográficos que reconhecemos nos estudos da Escola de Chicago e, mais especificamente, nas obras de C. Shaw e E. Sutherland, permitindo a reconstrução dos percursos biográficos e, ao mesmo tempo, a análise das condicionantes socioeconómicas desses percursos. Admitindo que a existência individual é propriedade biográfica (Melleiro & Gualda, 2003), ela é ainda, nas suas versões vivida e contada, produção no âmbito de uma colectividade (Berger & Luckmann, 2010) e, por isso, instrumento de negociação social (Czarniawska, 2004). As histórias de vida recuperam a memória do vivido e a construção de significado que cada sujeito faz sobre essas memórias, organizando-as numa trama ou enredo. Esta trama expõe uma trajectória de vida, revelando o “movimento que liga diferentes estados (pontos) num espaço vital” (Agra & Matos, 1997, pp. 39). A exploração das histórias de vida visa aceder aos processos de biografização: de que modo cada jovem (re)constrói o enredo da sua vida e o que, nesse enredo, é percebido como escolha pessoal. Interessa-nos a (re)construção de histórias de vida temáticas e projectivas, favorecendo o olhar dos jovens sobre o futuro e as possibilidades que se jogam nesse tempo ainda não realizado. Para o efeito, desenvolvemos um instrumento de recolha das histórias de vida, em formato digital, onde oferecemos variadas pistas de reflexão e reconstrução biográfica. A aplicação deste instrumento a um conjunto de jovens com idades similares às dos jovens institucionalizados permitiu a afinação de alguns aspectos. Pretendemos que a análise exploratória dos dados aferidos pela aplicação deste instrumento permita a elaboração de entrevistas biográficas semi-estruturadas que facilitem o acesso às teorias subjectivas produzidas pelos jovens sobre as temáticas em análise. Das auto-biografias produzidas por cada jovem resulta uma narrativa hetero-biográfica ou pós-história (Melleiro & Gualda, 2003) construída pela investigadora, de carácter mais abrangente e formalizado e que transforma os dados experienciais em histórias plausíveis.

A reconstrução analítico-interpretativa dos dados baseia-se na análise de conteúdo temática, procurando fazer emergir os significados e as relações evocadas pelos jovens. O quadro categorial é definido *a posteriori* a partir do material recolhido e tendo em conta um único critério – o estabelecimento de áreas temáticas –, aproximando-nos da *grounded theory* proposta por Glaser e Strauss (1967) pela possibilidade de fazer emergir um conjunto de categorias através da comparação constante dos dados recolhidos. Sublinhamos, assim, o carácter exploratório do enquadramento teórico e o carácter construído da grelha categorial, rejeitando a sua reificação, admitindo que a recolha dos dados é já, de forma mais ou menos explícita, teoricamente orientada (Kirk&Miller, 1986).

As questões de validade e fidelidade desta pesquisa prendem-se com a legitimidade da passagem de um ponto de vista biográfico individual para uma análise de carácter mais macrosociológico. Em nosso entender, a *grounded theory* e a emergência do quadro conceptual de análise a partir dos dados empíricos sustentam esta possibilidade. Por outro lado, o desenho metodológico que apresentamos configura a recolha de dados como um acto relacional, colocando-nos questões que se prendem com o efeito da interacção entre sujeitos (jovens; investigadora). No sentido de diminuir este efeito de interacção, recorreremos à triangulação metodológica (Serrano, 1994), possibilitada pelo cruzamento das histórias de vida com as entrevistas, e à validação comunicativa (Flick, 2004) pela construção do guião das entrevistas a partir da análise exploratória das histórias de vida. Assim, é possível sustentar uma fidelidade sincrónica (Kirk&Miller, 1986) relativa ao conjunto de dados recolhidos no mesmo período de tempo e à diversidade dos mesmos, possibilitada pelo uso de diferentes instrumentos, devidamente descritos, documentados e fundamentados. O confronto com o terreno e o tempo dispensado no contacto com os jovens institucionalizados permitem-nos ainda apurar a sensibilidade relativamente às discrepâncias entre os significados presumidos (Kirk & Miller, 1986) a partir do enquadramento teórico e os significados emergentes das narrativas dos jovens. Estes procedimentos de validação permitem um aprofundamento e enriquecimento da pesquisa, mas não constituem, em si mesmos, testes de validade facilitadores de uma análise definitiva e acabada dos dados, levando-nos a admitir a indeterminação residual inerente a qualquer pesquisa.



### **3. Entre mundos – o normativo e o desviante como espaços de significação**

Pretende-se, portanto, interrogar a proximidade entre os percursos desviantes dos jovens institucionalizados em Centro Educativo e as trajectórias de deriva que parecem marcar a actual condição juvenil contexto das metrópoles ocidentais. De facto, alguns estudos (Carvalho, 1999; Manso, 2006) apontam neste sentido, referindo que os jovens institucionalizados reconhecem a possibilidade da mudança após o internamento, embora manifestem algumas incertezas e/ou receios relativamente ao futuro, nomeadamente em termos da dificuldade em arranjar trabalho, da adaptação à vida fora da instituição e da estigmatização. Estes receios prendem-se, portanto, com aspectos da vida social e da integração na comunidade, revelando representações de futuro demasiado imediatistas situadas num tempo a curto prazo (Manso, 2006).

As possibilidades interpretativas do desvio que podem resultar desta pesquisa encontram-se ainda em aberto, dado o carácter exploratório deste projecto. No entanto, ao questionarmos o quadro teórico-conceptual apresentado abrem-se algumas pistas de reflexão que, posteriormente, o contacto com o terreno permitirá aprofundar, reconfigurar ou rejeitar. Assim sendo, e considerando o contexto macro sociológico anteriormente esboçado, equacionamos até que ponto pode o desvio juvenil constituir-se como agravamento da própria condição social de deriva dos jovens, representando uma forma última da desinscrição social das camadas juvenis num movimento de oposição aos valores dominantes? É possível considerar o desvio juvenil como um percurso individual de ruptura relativamente à ordem social e, desse modo, favorecer a construção de narrativas assentes na naturalização da incompetência juvenil e no carácter problemático da juventude em virtude da ausência de competências para lidar com factores de risco? Ou, pelo contrário, deve considerar-se a possibilidade de o desvio sustentar-se como reacção à situação de deriva inerente à condição juvenil, expressando o próprio conflito de valores da sociedade dominante, nomeadamente em termos dos ideais de vida propagandeados e das condições oferecidas à sua efectivação? Pode o desvio, porquanto desencadeia um conjunto de reacções sociais, políticas e jurídicas, representar uma forma diferenciada de inscrição dos jovens no plano da normatividade, permitindo o acesso das camadas juvenis às instituições, reconhecimento público da existência individual e a confirmação da existência do Eu por meio da reacção social do Outro?

São, portanto, várias as possibilidades interpretativas e, conseqüentemente, as conclusões que a partir das mesmas será possível retirar. De qualquer modo, percebe-se que, por um lado, uma leitura de enfoque individualista tenderá a favorecer a desresponsabilização do Estado (Delory-Momberger, 2009), em termos da acção social e das políticas para a juventude, legitimando modelos de intervenção na delinquência baseados em medidas de carácter marcadamente punitivas e controladoras (Wacquant, 2000), designadamente o aumento da institucionalização, o reforço dos regimes fechados de internamento e a diminuição da idade de responsabilidade penal, reforçando-se a situação de fragilidade e exclusão social destes jovens. Por outro, o reconhecimento do desvio juvenil como percurso individual inscrito num determinado contexto socioeconómico apontará para a inscrição das trajectórias individuais no plano das condições concretas em que se desenvolvem e que as determinam, reclamando-se a necessidade de mudanças estruturais, nomeadamente pela alteração das condições produtoras de desigualdade social, do combate à violência estrutural e à vitimação colectiva (Fernandes & Neves, 2010) e pela desconstrução do pânico moral (Barbosa & Machado, 2010) gerado em torno das figuras juvenis.

Em suma, as concepções consideradas desviantes, porque não dominantes, são reconhecidas como tendo um poder generativo único (Gergen & Warhuus, 2007) ao abrir para novas possibilidades de significação e de acção. Os processos de pesquisa exigem, por isso, mais do que um exercício de objectividade, um trabalho de promoção de espaços de significação, geradores, eles mesmos, de novas formas de realidade. A defesa desta polivocalidade não constitui um exercício de relativismo, remetendo antes para a possibilidade de reconhecimento de perspectivas várias, representando, uma abordagem que se pretende anti-totalitária (Gonçalves & Gonçalves, 2007) que não encerra o processo dialógico de compreensão e interpretação num círculo hermenêutico (Anderson & Goolishian, 1992) desenhado pelo investigador. A recusa de uma hegemonia epistemológica do investigador sobre a realidade estudada é pensada à luz do que Cabral (2007) propõe como “engenho etnográfico”, permitindo o reconhecimento do mundo estudado como “um mundo humano possível face a outros” (Cabral, 2007, pp. 195).

## Referências bibliográficas

- Agra, Cândido & Matos, Ana Paula (1997). *Trajectórias desviantes*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.
- Anderson, Harlene & Goolishian, Harold (1992). The Client is the Expert: A not-knowing approach to therapy. In Sheila McNamee & Kenneth Gergen (Eds.), *Therapy as social construction* (pp. 25-39). London: Sage.
- Bailleu, Francis (2010). A re-introdução da noção de discernimento. Uma ruptura no direito penal de menores? Uma abordagem internacional. *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 7 (3), 9-33.
- Barbosa, Mariana & Machado, Carla (2010). Violência de Estado. In Carla Machado (coord.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp. 277-311). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Beck, Ulrich (1998). *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós.
- Berger, Peter & Luckmann, Thomas (2010). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Cabral, João Pina (2007). Aromas de urze e de lama: reflexões sobre o gesto etnográfico. *Etnográfica*, 11 (1), 191-212.
- Carreiro, Rui Pedro Tinoco (2005). *Adaptações cognitivas à carreira de toxicod dependente: a utilização de técnicas de neutralização ao longo de trajectórias de vida de heroinómanos*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Carvalho, Maria João Leote (1999). Um passado, um presente. Que futuro? *Revista Infância e Juventude*, 99 (4), 9-148.
- Clinard, Marshall B. & Meier, Robert F. (2008). *Sociology of deviant behavior*. Australia: Thomson Wadsworth.
- Coelho, M. Zara Pinto (2009). Jovens no discurso da imprensa portuguesa: estudo exploratório. *Análise Social*, vol. XLIV (191), 361-377.
- Conde, Fernando (1999). *Loshijos de ladês-regulación. Jóvenes, usos y abusos en los consumos de drogas*. Madrid: Fundación CREFA
- Czarniawska, Barbara (2004). *Narratives in social science research*. London: Sage.
- Delory-Momberger, Christine (2009). *La condition biographique*. Paris: Téaèdre.
- Duarte-Fonseca, António Carlos (2010). Sobrevivência e erosão do paradigma em sistemas europeus de Justiça juvenil. *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 7 (3), 63-78.
- DSEP (2011). Síntese de dados estatísticos da Direcção Geral de Reinserção Social relativos aos centros educativos. Recuperado em 13 de Maio, 2011, <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>.
- Fernandes, Luís (2004). Bases ecossociais do sentimento de insegurança. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 93-112.
- Fernandes, Luís & Pinto, Marta (2008). Juventude urbana pobre e cidade predatória. O *guna* como figura de ameaça. In Manuela Ivone Cunha (org.), *Aquém e além da prisão – cruzamentos e perspectivas* (pp. 177-222). Lisboa: 90 Graus Editora.
- Fernandes, Luís & Neves, Tiago (2010). Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações colectivas. In Carla Machado (coord.), *Novas formas de vitimação criminal* (pp. 313-335). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Ferreira, Carvalho J. M.; Peixoto, João; Carvalho, Anabela Soriano; Raposo, Rita; Graça, João Carlos; Marques, Rafael (1995). *Sociologia*. Alfragide: McGraw-Hill.
- Flick, Uwe (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata.

- Gergen, Kenneth & Warhuus, Lisa (2007). Terapia como construção social: Características, reflexões e evoluções. In Miguel Gonçalves & Óscar Gonçalves (Eds.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: A construção conversacional da mudança*(pp.29-65). Coimbra: Quarteto.
- Glaser, Barrey & Strauss, Anselm (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*.New York: Aldine de Gruyter.
- Gonçalves, Miguel & Gonçalves, Óscar (2007). A psicoterapia como construção conversacional. In Miguel Gonçalves & Óscar Gonçalves (Eds.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: A construção conversacional da mudança* (pp. 11-28). Coimbra: Quarteto.
- Guerreiro, Maria das Dores & Abrantes, Pedro (2007). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Coleção Estudos, n.º 2. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Recuperado em 10 de Janeiro, 2011, [http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Transicoes\\_Incertas.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Transicoes_Incertas.pdf)
- Kirk, Jerome&Miller, Marc (1986). *Reliability and validity in qualitative research*.California: Sage.
- Kóvacs, Ilona (2006). Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. *Sociologia, problemas e práticas*, 52, 41-65.
- Manso, Ana (2006). *Educação para o direito: Representações sociais de jovens institucionalizados em centro educativo*. Tese de mestrado, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Braga,Portugal.
- Melleiro, Marta Maria &Gualda, Dulce Maria (2003). O método biográfico interpretativo na compreensão de experiências e expressões de gestantes usuárias de um serviço de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo*, 37 (4), 69-76.
- Moura, José Souto (2000). A tutela educativa: Factores de legitimação e objectivos. *Infância e Juventude*,00(4), 9-38.
- Matza, David & Sykes, Gresham (1961). Juvenile delinquency and subterranean values. *American Sociological Review*, 26 (5), 712-719.
- Pais, José Machado (2001). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.
- Rodrigues, Anabela Miranda, & Duarte-Fonseca, António C. (2003). *Comentário da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Schnapper, Dominique (1998). *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar.
- Serrano, Gloria (1994). *Investigación cualitativa: Técnicas y análisis de datos*. Madrid: Editorial La Muralla.
- Silva, Alexandre & Machado, Fernando Luís (2010). Transições para a vida adulta entre os jovens de um bairro social. *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 6 (3), 29-42.
- Vásquez, José Francisco Durán (2008). Constitución, crisis y reconfiguración del valor moral de trabajo en el post fordismo. *Sociologia, problemas e práticas*, 56, 129-148.
- Wacquant, Loïc (2000). *As prisões da miséria*. Oeiras: Celta Editora.